

PODER

Votação do Orçamento na segunda

Peça orçamentária será avaliada na CMO. Hoje, Congresso avalia vetos presidenciais, inclusive o que barrou aumento do fundo eleitoral

» JORGE VASCONCELLOS

Na reta final dos trabalhos deste ano, o Congresso Nacional se reúne, hoje, para analisar 26 vetos presidenciais, entre os quais o que barrou o aumento dos recursos do fundo eleitoral, de R\$ 2 bilhões para R\$ 5,7 bilhões. Para a segunda-feira, foi agendada reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) com o objetivo de votar o relatório final do Orçamento de 2022.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), dedicou o dia de ontem a reuniões com líderes partidários, em busca do “melhor acordo possível” em relação aos vetos presidenciais que aguardam análise. “Se não houver acordo, aí vai para o voto, e se decide no voto da maioria”, afirmou o senador, durante coletiva de imprensa.

Para votar o Orçamento, o Congresso precisa, antes, concluir a análise dos vetos. O maior impasse entre os parlamentares diz respeito ao veto que barrou o reforço das verbas do fundo eleitoral, que são públicas e vão bancar as despesas dos partidos durante as eleições do ano que vem.

A derrubada desse ato presidencial é defendida pelo Centrão, apesar de o bloco partidário apoiar o governo. Em razão da falta de acordo, o grupo político chegou a obstruir uma sessão do Congresso na última segunda-feira.

Por trás do impasse em torno dos vetos, há a preocupação da base governista com os impactos que a manutenção ou derrubada desses atos terão nos valores das emendas parlamentares.

Em 6 de dezembro, a CMO aprovou o parecer parcial do relator-geral do Orçamento de 2022, deputado Hugo Leal (PSD-RJ). O texto definiu R\$ 10,5 bilhões para emendas impositivas individuais e R\$ 5,7 bilhões

Roque de Sá/Agência Senado



Os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, durante a promulgação da PEC dos Precatórios

para as de bancada estadual com execução obrigatória. Também destinou R\$ 16,2 bilhões para as emendas de relator, conhecidas como RP9 e que distribuem recursos para o orçamento secreto. O valor para 2022 é pouco inferior à dotação deste ano, de R\$ 16,8 bilhões.

Ontem, o Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para liberar a execução das RP9. Dessa forma, deve ser confirmada a decisão da ministra Rosa Weber que, na semana passada, liberou os repasses dessas emendas. Foi um recuo da magistrada, que havia suspenso esses procedimentos alegando falta de transparência na destinação dos recursos (**leia reportagem abaixo**).

Em razão das medidas de prevenção da covid-19, a sessão do

Congresso será dividida em duas partes. A votação dos deputados está agendada para começar às 10h, e a dos senadores, às 14h.

A pauta de votação traz, também, outros vetos importantes, incluindo os relacionados a projetos que tratam dos seguintes temas na área de saúde: quebra de patentes de vacinas e remédios para combate à pandemia; Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual e acesso a tratamentos de quimioterapia por usuários de planos de saúde.

Outro veto que está na pauta se refere ao projeto que trata da privatização da Eletrobras. O presidente Jair Bolsonaro sancionou o texto, mas excluiu a possibilidade de empregados demitidos após a privatização adquirirem ações da empresa com desconto.

Marco

O Orçamento de 2022 deverá alcançar um marco histórico nas finanças públicas, ultrapassando a marca de R\$ 2 trilhões nas receitas primárias do governo federal (R\$ 2,028 trilhões).

A data de votação do relatório final do Orçamento foi acertada em reunião de líderes ocorrida ontem. Ao longo desta semana, a CMO aprovou 15 dos 16 relatórios setoriais da proposta orçamentária. A exceção foi a área temática Presidência e Relações Exteriores, cujas emendas ainda serão analisadas pelo relator-geral.

Além de detalhar as despesas da União, os relatórios setoriais indicam quais emendas individuais e coletivas podem ser incluídas no relatório final. O maior valor destinado

foi para a Saúde, com mais de R\$ 8,8 bilhões em emendas parlamentares, seguida das áreas de Economia, Trabalho e Previdência (cada uma com R\$ 3,2 bilhões).

Ao fazer um balanço e comentar as expectativas de votação, a presidente da CMO, senadora Rose de Freitas (MDB-ES), disse que a comissão trabalhou com a premissa básica de que a pandemia trouxe sérios prejuízos ao país, sobretudo ao desempenho da educação. A parlamentar reconheceu que a fase final de elaboração do relatório geral encontra uma certa dificuldade para atender a todas as demandas parlamentares.

Caso o relatório final do Orçamento 2022 seja aprovado na comissão, seguirá para votação final no plenário do Congresso.

Promulgada PEC que garante espaço fiscal

O Congresso promulgou, ontem, a Emenda Constitucional nº 114 de 2021, derivada da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios — dívidas do setor público reconhecidas pela Justiça. A emenda busca garantir o pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 400, em substituição ao Bolsa Família.

O novo dispositivo constitucional traz as mudanças promovidas pelo Senado no texto da PEC dos Precatórios e que possibilitaram um acordo para a aprovação da matéria na Casa. Essas alterações foram apenas a uma outra PEC, que foi

chancelada pela Câmara na quarta-feira e cujos termos foram promulgados ontem.

Em uma das mudanças, o Auxílio Brasil passou a ter caráter permanente, e não mais vigência apenas até dezembro de 2022. O Senado também antecipou, de 2036 para 2026, o fim da autorização para que o governo federal não pague a totalidade de precatórios previstos para serem quitados a cada ano.

Em outra alteração feita pelos senadores, foi definido que o espaço fiscal aberto pela PEC no próximo ano, estimado pelo Ministério da Economia em

R\$ 106 bilhões, deve ser totalmente vinculado ao pagamento do Auxílio Brasil e das despesas da Seguridade Social — Saúde, Previdência Social e assistência social.

No último dia 8, o Congresso promulgou as duas partes da PEC dos Precatórios que tiveram consenso entre deputados e senadores: a que altera as regras do teto de gastos e a que autoriza os municípios a parcelarem, em até 240 meses, dívidas com a Previdência Social.

Conforme o Ministério da Cidadania, a promulgação da nova emenda constitucional, ontem, vai permitir que 2,5 milhões de

famílias que estão na fila passem a receber o Auxílio Brasil em janeiro. A meta inicial era zerar essa espera ainda neste mês. Ao todo, o novo programa social busca atender quase 20 milhões de famílias.

“A parte que hoje (ontem) promulgamos abre ainda mais espaço fiscal para a implementação dos programas sociais que garantirão uma renda para as famílias mais pobres”, disse o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). “Também incorpora a sugestão feita pelo Senado Federal de afirmar o direito a uma renda básica.” (JV)



A parte que hoje (ontem) promulgamos abre ainda mais espaço fiscal para a implementação dos programas sociais que garantirão uma renda para as famílias mais pobres”

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado

Supremo recua e libera orçamento secreto

A crise política entre o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF) em torno da manutenção do orçamento secreto teve seu último capítulo, em 2021, ontem. A maioria dos ministros da Corte decidiu manter a liminar expedida pela vice-presidente Rosa Weber, no início do mês, quando foram garantidos os pagamentos via indicações de emendas de relator-geral do orçamento (RP9) — o dispositivo legal utilizado pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) para arregimentar apoio político no Legislativo, mediante repasses de recursos, sem adoção de critérios técnicos, aos redutos eleitorais de parlamentares aliados.

O Supremo julga o caso da liberação das emendas RP9 desde terça-feira, no plenário virtual da Corte — plataforma em que os votos são apresentados a distância, sem discussões mais profundas envolvendo todos os

ministros e longe do amplo escrutínio público da TV Justiça. A votação será encerrada às 23h59 de hoje.

Seguiram o voto da relatora, Rosa Weber, os ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli, Luiz Fux, Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso. A divergência foi inaugurada por Edson Fachin, que tachou o orçamento secreto de “obscuro” e acordo “envergonhado de si mesmo”. Ele foi seguido por Carmen Lúcia que disse não enxergar “alteração do quadro fático ou do cenário jurídico”.

A decisão do Supremo representa o endosso ao recuo de Rosa Weber na disputa com as lideranças do Congresso. No último dia 6, a vice-presidente desfez um dos trechos da decisão proferida pela Corte em novembro, por 8 votos a 2, e liberou a execução das emendas de relator em 2021. Ela atendeu aos pedidos

Nelson Jr./SCO/STF



Fachin divergiu e classificou o orçamento secreto de “obscuro”

dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que alegaram riscos de paralisação

de serviços essenciais da administração pública, caso não fosse possível fazer os pagamentos já previstos no orçamento secreto.

Refis é aprovado

» CRISTIANE NOBERTO

Por 382 votos a 10, a Câmara aprovou, ontem, o projeto de lei do Refis (parcelamento de débitos tributários) voltado a empresas do Simples e Microempreendedores Individuais (MEIs). A proposta permite a redução de até 90% das multas e juros sobre tributos atrasados, além de 100% de descontos de outros encargos legais por 180 meses. O projeto vai à sanção presidencial.

A medida é direcionada a empresas enquadradas no Simples e microempreendedores individuais afetados pela pandemia, recebeu o nome de Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp). O PLP 46 dá ao contribuinte descontos em juros, multas e encargos se comprovar a queda no faturamento de março a dezembro de 2020. O texto também prevê a inclusão de empresas inativas no mesmo período. Basta comprovar o quadro comparativo com o mesmo período de 2019.

Para o relator da proposta na Câmara, Marco Bertaiolli (PSD-SP), a proposta favorece especialmente os pequenos empresários que não conseguiram se adequar à tecnologia para sobreviver na pandemia. “As pequenas empresas que não tiveram a capacidade de investimento em tecnologia para migrar ao mercado digital tão velocemente, como as grandes, perderam o faturamento, acumularam débitos. Portanto, organizar o pagamento desses tributos é uma missão do Estado”, enfatizou. “Não há que se falar em renúncia fiscal, como, erroneamente, o governo andou colocando, porque ele está falando sobre algo que ele não vai receber. Quando você dá condições de pagamento, cria oportunidades para que essas micro e pequenas empresas possam voltar a trabalhar e gerar empregos.”

Ao ser questionado se a medida é apenas paliativa para resolver a questão fiscal no país, Bertaiolli admitiu ser necessária uma reforma tributária. “A organização tributária no Brasil é péssima, muito mais complicada do que a própria carga tributária em si. Mas nós vivemos de paliativos, enquanto não tivermos um sistema tributário que seja simples, entendível, menos burocrático e mais direto na sua arrecadação”, frisou.

O autor da proposta, senador Jorginho Mello (PL-SC), comemorou a vitória. “Mais de 500 mil empresas estarão salvas de não se descredenciarem do Simples Nacional”, afirmou.

Sem transparência

Fachin afirmou que medidas adotadas até o momento pelo governo e pelo Congresso não revertem a falta de transparência, isonomia e impessoalidade inerentes ao esquema. Segundo o magistrado, providências não demonstraram a eficácia almejada para coibir a compra de apoio parlamentar pela gestão Bolsonaro. Ele sustentou em seu voto que a dinâmica persiste e, portanto, “contrapõe-se ao ideal republicano e aos postulados constitucionais da publicidade e da impessoalidade no âmbito dos Poderes Públicos”.